



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA

Número 1624 / x (3ª)

Expeça-se

Publique-se

317 / 2008

Q Secretário da Mesa

Rosalva  
A

Assunto: Plano Nacional de Barragens

Destinatário: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Na passada segunda feira o Primeiro Ministro assinou em Bragança o contrato de adjudicação do aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor.

Depois de terem decorrido mais de quinze anos em que sucessivos Governos e responsáveis governamentais literalmente esqueceram e desprezaram o aproveitamento da capacidade hidroeléctrica nacional – incluindo o período, entre 1995 e 2001, durante o qual o actual Primeiro Ministro desempenhou papéis governamentais relevantes, mormente na área do ambiente – parece assim ir começar finalmente a concretizar-se um plano para a construção de dez novas barragens a concluir num prazo de sete anos, até 2015, um investimento estimado de dois mil milhões de euros.

Sucedem que importa desde já clarificar algumas questões supervenientes relativas à concretização do designado Plano Nacional de Barragens (PNB).

Em primeiro lugar, conhecer com rigor as estimativas sobre os impactos permanentes na criação de emprego e não apenas os impactos na empregabilidade durante os períodos de construção.

Depois, a forma como estão a ser respeitadas as questões ambientais e as imposições da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) relativas ao projecto do Baixo Sabor.

Finalmente procurar encontrar uma justificação aceitável e fundamentada para as declarações, sobre o PNB e a sua concretização, recentemente feitas pelo Presidente das Águas de Portugal, ainda por cima, na mesma altura em que o Primeiro Ministro pretensamente dava o “pontapé de saída” para o arranque deste Plano. Segundo a imprensa, o Dr. Pedro Serra considerou que dos



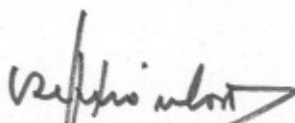
dez projectos que integram o PNB quatro deles seriam "pouco interessantes para os investidores" – Pinhosão, Girabolhos, Alvito e Almourol. Mais disse o Presidente da AdP que não existirá "mercado para ter as dez novas barragens a funcionar" o que implicaria que o prazo de realização seria forçosamente mais dilatado (para além de 2015, supõe-se).

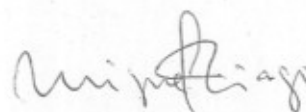
Assim sendo, e tendo em conta as disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**, sejam respondidas as seguintes perguntas:

1. Qual é a estimativa de postos de trabalho a criar após a conclusão integral deste Plano Nacional de Barragens? Solicita-se igualmente o fornecimento desagregado das estimativas de emprego geradas por cada um dos aproveitamentos, após a respectiva entrada em funcionamento?
2. Existe ou não cobertura legal – nacional e comunitária – para a renovação da Declaração do Impacte Ambiental, entretanto caducada? E estão ou não integrados nas obrigações contratuais subscritas na passada segunda-feira todas as imposições e/ou recomendações exigidas pela Comissão Europeia em 2007 e que determinaram o arquivamento da "impugnação" do arranque da obra do Baixo Sabor?
3. Que explicações e justificações existem para as declarações do Presidente das Águas de Portugal acima sumariamente transcritas? Concretamente
  - 3.1. Em que se baseia o Dr. Pedro Serra para dizer que (pelo menos) quatro dos projectos são pouco interessantes? Que fundamentos técnicos e outros apresenta (ou apresentou) – e a quem - o Presidente da Águas de Portugal para suportar esta afirmação? Sendo alguns dos empreendimentos "pouco interessantes" que razões levaram o Governo, mesmo assim, a incluir todos no PNB?
  - 3.2. Que fundamentação técnica, e/ou outras, utiliza o Dr. Pedro Serra para sentenciar que "não há mercado para as dez novas barragens a funcionar" e para determinar desde já, em 2008, que o prazo de sete anos previsto para a conclusão do PNB não irá ser cumprido? Que razões levaram o Governo a, perante tais advertências, manter este horizonte temporal para a conclusão do PNB? Mantém o Governo o prazo de sete anos apenas por questões de marketing político ou sustenta-o em razões objectivas? Quais?

Palácio de S. Bento, 3 de Julho de 2008

Os Deputados:

  
(Honório Novo)

  
(Miguel Tiago)